



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo II - 2º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: 2022-7402 - <http://www.mec.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23000.001902/2020-11

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de procedimento licitatório, visando a contratação de empresa para prestação de serviços comum de acesso a sinais de TV por assinatura, com instalação, suporte e assistência técnica, para atendimento das necessidades do Ministério da Educação.

1.2. Os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela abaixo:

CANAIS DE TV POR ASSINATURA	CANAIS DE TV ABERTA	LOCAIS DE INSTALAÇÃO	QUANT. PONTOS
TV CÂMARA, TV SENADO, TV JUSTIÇA, GLOBO NEWS, RECORD NEWS, BAND NEWS, TV BLOOMBERG, NBR e TV BRASIL, CNN, BBC, CANAL FUTURA .	Rede Globo, SBT, TV Bandeirantes, Rede Record, Rede TV e CNT	Edifício-Sede e anexos I e II	15
TOTAL			15

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de caráter continuado com a contratação de empresa prestadora de serviço, mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, amparado no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.5. São partes integrantes deste Termo de Referência:

ENCARTE “A” – Modelo de Ordem de Serviço;

ENCARTE “B” – Modelo de Proposta de Preços;

ENCARTE “C” – Critérios de Sustentabilidade Ambiental;

ENCARTE “D” – Modelo de Declaração de Vistoria.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Para elaboração do Termo de Referência, foram observados as seguntes legislações:

2.2. [Lei nº 8.666/1993](#), de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

- 2.3. [Lei nº 10.520/2002](#), de 17 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- 2.4. [Lei nº 12.187/2009](#), de 29 de dezembro de 2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.
- 2.5. [Lei nº 12.305/2010](#), de 02 de agosto de 2010; - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
- 2.6. [Lei Federal nº 12.846/2013](#), de 1º de agosto de 2013; - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
- 2.7. [Lei Complementar nº 123/2006](#), de 14 de dezembro de 2006, alterada pela [Lei Complementar nº 147](#), de 7 de agosto de 2014; - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
- 2.8. [Lei nº 8.078/1990](#), de 11 de setembro de 1990; - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
- 2.9. [Decreto nº 3.555/2000](#), de 8 de agosto de 2000 - Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.
- 2.10. [Decreto nº 10.024/2019](#), de 20 de setembro de 2019, Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da Administração Pública Federal.
- 2.11. [Decreto nº 7.746/2012](#), de 5 de julho de 2012; - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.
- 2.12. [Decreto nº 8.538/2015](#), de 6 de outubro de 2015; - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Federal.
- 2.13. [Decreto Nº 7.203/2010](#), de 4 de junho de 2010; - Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.
- 2.14. [Decreto n.º 3.722/2001](#), de 09 de janeiro de 2001; - Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- 2.15. [Decreto n.º 4.485/2002](#), de 25 de novembro de 2002; - Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- 2.16. [Decreto n.º 4.358/2002](#), de 05 de setembro de 2002; - Regulamenta a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que acrescentou os incisos V ao art. 27 e XVIII ao art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição.
- 2.17. [Decreto nº. 9.507/2018](#), de 21 de setembro de 2018; - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- 2.18. [Instrução Normativa nº 5/2017 SEGES/MPDG](#), de 26 de maio de 2017; - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
- 2.19. [Instrução Normativa SLTI nº 05, de 27 de junho de 2014](#); - Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral e suas alterações.
- 2.20. [Instrução Normativa SEGES/MPDG Nº 01/2010](#), de 19 de janeiro de 2010; - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- 2.21. [Instrução Normativa no 02/2010](#), de 11 de outubro de 2010; - Estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG.

- 2.22. [Portaria MEC/SE nº 120 do Ministério da Educação, de 09 de março de 2016](#), publicada no DOU, em 10 de março de 2016; - Institui o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR das infrações praticadas pelos fornecedores do Ministério da Educação e regulamenta as competências administrativas para aplicação das sanções administrativas cabíveis.
- 2.23. [Portaria nº 1.478/2014](#), de 1º de dezembro de 2014, - Define todos os serviços considerados de natureza contínua cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, no âmbito deste Ministério.
- 2.23.1. Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997: dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;
- 2.23.2. Resoluções ANATEL nº 488, de 03 de dezembro de 2007; nº 411, de 14 de julho de 2005 e nº 190, de 29 de novembro de 1999; e alterações posteriores;

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. O Ministério da Educação, órgão da administração federal direta, tem como área de competência a política nacional de educação por meio da promoção de ensino de qualidade para o País.
- 3.2. No cumprimento de seu papel, é de grande relevância prover no Ministério da Educação (MEC) serviços de TV por assinatura, na medida em que representa uma relevante fonte de divulgação de informações públicas, assim como também, em razão da necessidade de acompanhamento da cobertura jornalística de acontecimentos relevantes para o País.
- 3.3. Este serviço é de importância singular, haja vista a quantidade de programas e políticas educacionais providos pelo MEC, que geram informações e *feedback* de interesse nacional e que devem ser constantemente acompanhados e divulgados de forma ágil. Além disso, para que a Instituição possa cumprir suas missões constitucionais, com eficiência e oportunidade há a real necessidade dos serviços em questão.
- 3.4. Necessário ressaltar que a Assessoria de Comunicação Social – ACS do MEC utiliza o serviço para manter-se atualizada sobre os assuntos da mídia nacional e internacional. Além da ACS a necessidade de utilizar o serviço estende-se a outros usuários do MEC, em especial os dirigentes e áreas estratégicas do órgão, fazem uso do serviço de TV por assinatura como “ferramentas” de acompanhamento e monitoramento de notícias transmitidas pela rede de televisão fechada (fatos, relatos, críticas e opiniões públicas), principalmente aquelas que estejam relacionadas ao desenvolvimento dos programas da área da educação.
- 3.5. Nesse sentido, prover e manter no MEC tais serviços é de grande importância ao órgão, pois, em conjunto com outros recursos de TIC, garantem com facilidade o acesso permanente e em tempo real de diversos canais de informações divulgadas na imprensa, do Brasil e do mundo, permitindo sustentar condições adequadas para a realização e continuidade das atividades de negócio, ou seja, condições que permitam o controle e a efetividade na prestação de serviços públicos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 4.1. Os serviços de instalação, a expensas da CONTRATADA, deverão:
- 4.1.1. Transmissão de toda programação das redes de TV aberta nacional incluindo, no mínimo, Rede Globo, SBT, TV Bandeirantes, Rede Record, Rede TV e CNT.
- 4.1.2. Transmissão de TV com os canais: TV CÂMARA, TV SENADO, TV JUSTIÇA, GLOBO NEWS, RECORD NEWS, BAND NEWS, TV BLOOMBERG, NBR e TV BRASIL, CNN, BBC, CANAL FUTURA .
- 4.1.3. Transmissão das TV's Câmara e Senado, com acesso ao canal aberto e paralelamente aos debates de Comissões
- 4.1.4. Os pontos para transmissão dos canais deverão ser instalados, quando demandados, mediante a emissão de Ordem de Serviço, nas dependências do Ministério da Educação e/ou seus anexos I e II.
- 4.1.5. Para os serviços de instalação será emitida Ordem de Serviço à empresa, sendo que a localização e o quantitativo de pontos serão de acordo com as necessidades do MEC, conforme previsto no item 7.1.1 deste Termo de Referência.
- 4.1.6. Os serviços de instalação deverão obedecer, integralmente, as normas técnicas vigentes de segurança e medicina do trabalho, de acordo com a legislação trabalhista, para execução de serviços desta natureza, utilizando-se de equipamentos e ferramentas adequadas.
- 4.1.7. O serviço de instalação compreende todos os materiais necessários ao funcionamento dos equipamentos, como todo o cabeamento e conexões, sejam referentes à transmissão do sinal de TV ou de alimentação elétrica dos equipamentos fornecidos em regime de comodato.

4.1.8. Os materiais e a mão de obra necessários à instalação dos equipamentos, bem como a sua manutenção preventiva e corretiva deverão ser de responsabilidade da empresa contratada.

4.1.9. Para fins de preenchimento da Proposta de Preços, a licitante deverá observar toda a regulamentação para a prestação deste tipo de serviço, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

4.1.10. O funcionamento do sinal de TV por assinatura deverá estar disponível 24 horas por dia, 365 dias por ano.

4.2. Suporte técnico

4.2.1. O suporte técnico deverá ser prestado, sempre que necessário, durante toda a vigência do contrato, tendo a contratada o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, da abertura do chamado, para resolver os problemas de quedas, falhas ou mau funcionamento do sinal de TV por assinatura.

4.2.2. Os serviços de manutenção dos equipamentos de recepção de sinal de TV por assinatura e, se necessário, com eventuais reposições, serão prestados pela contratada sem qualquer custo adicional ao MEC.

4.2.3. O suporte técnico "on-site" (presencial) deverá ser prestado, a expensas da CONTRATADA, por profissional técnico da empresa capacitado para o devido fim, encaminhado pela mesma com vistas a solucionar os problemas técnicos identificados, e, desta forma, restabelecer a plena execução dos serviços.

4.2.4. Durante toda a vigência do CONTRATO, deverá a CONTRATADA solucionar as reclamações e responder aos pedidos de esclarecimento ou informações no prazo máximo de 48 horas, a contar de seu recebimento.

4.2.5. Os serviços de manutenção ou de assistência técnica aos equipamentos de recepção, e, quando necessário, suas substituições, serão prestadas pela CONTRATADA no prazo de até 05 (cinco) dias da notificação, sem qualquer custo adicional a CONTRATANTE.

4.2.6. Havendo a necessidade de substituição, conforme previsto acima, por motivo de defeito técnico ou vício de qualidade no equipamento, deverá ser fornecido outro, novo e em perfeitas condições de uso, como forma de garantir a continuidade dos serviços.

4.2.7. Quando solicitado pela CONTRATANTE, durante a vigência do CONTRATO, caberá a CONTRATADA realizar remanejamento de ponto de recepção instalado, às suas expensas.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. Trata-se de serviço comum de caráter **continuado**, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, conforme previsto na [Portaria nº 1.478/2014](#), a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se na definição de **comuns** conforme disposto no art. 1º, da Lei 10.520/02 podendo ser adotada a licitação na modalidade de pregão, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos.

5.3. Os serviços referenciados, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de **serviços comuns**, conforme definido no § 1º do Art. 2º, do Decreto nº 5.450/2005, haja vista os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de sua prestação, que são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, além de oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, podendo, portanto ser licitado por meio do Pregão Eletrônico, devendo o certame atender ao que preceitua o do Art. 4º, do Decreto nº 5.450/2005.

5.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto 9.507 de 2018, regulamentado pela Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos e deverão ser preferencialmente objeto de execução indireta.

5.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A empresa a ser contratada deverá disponibilizar acesso a sinais de TV conforme relação nominal apresentada no Item 1.2, 24 horas por dia e assistência técnica.

6.2. O prazo para disponibilização dos serviços é de 05 (cinco) dias, a partir da assinatura do contrato.

6.3. **Serviço continuado.**

6.3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na definição de **comuns** conforme disposto no art. 1º, da Lei 10.520/02 podendo ser adotada a licitação na modalidade de pregão, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos.

6.3.2. Os serviços referenciados, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de **serviços comuns**, conforme definido no § 1º do Art. 2º, do Decreto nº 5.450/2005, haja vista os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de sua prestação, que são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, além de oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, podendo, portanto ser licitado por meio do Pregão Eletrônico, devendo o certame atender ao que preceitua o do Art. 4º, do Decreto nº 5.450/2005.

6.3.3. O contrato terá duração inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

6.3.4.

6.4. **Critérios e práticas de sustentabilidade.**

6.4.1. Os serviços serão prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01 SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

6.4.2. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, a Lei nº 12.187/2009 e art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, Decreto nº 7746/2012:

Constituição Federal/1988:

“Art. 170: A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação”. .

Lei nº 8.666/93:

“Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

Lei nº 12.187/2009:

“Art. 6º - São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima: XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos”.

Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG:

“Art. 6: Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; (Grifamos).

VI - Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de três de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

VIII – preveja a destinação adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. “O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente”.

6.5. A licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante no ENCARTE C do Termo de Referência.

6.6. Tal exigência visa atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como estabelecer que a licitante deva implementar ações ambientais por meio de treinamento de seus empregados, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, bem como cumprir as ações concretas apontadas especialmente nas obrigações da CONTRATADA, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

6.7. Segue abaixo algumas ações a serem adotadas pela licitante vencedora como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e também nas atividades empresariais:

6.8. A otimização de recursos materiais;

6.9. A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;

6.10. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

6.11. Receber, da CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente;

6.12. Responsabilizar-se pelo preenchimento do "Formulário de Ocorrências para Manutenção, a ser fornecido pela CONTRATANTE, a fim de informar prováveis e reais ocorrências". Exemplo de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas são: vazamentos nas torneiras ou nos lavatórios; lâmpadas queimadas ou piscando; fios desencapados; janelas, fechaduras ou vidros quebrados; aparelhos eletrônicos ligados e que estejam em desuso, entre outras;

6.13. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

6.14. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;

6.15. Instruir os profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos adotado por este Ministério em especial aos recipientes adequados para a coleta seletiva disponibilizados nas dependências conforme classificação:

AZUL: papel/papelão;

VERMELHO: plástico;

VERDE: vidro;

AMARELO: metal;

PRETO: madeira;

LARANJA: resíduos perigosos;

BRANCO: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde;

ROXO: resíduos radioativos;

MARROM: resíduos orgânicos;

CINZA: resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação.

(Resolução nº 275, de 25 de abril de 2001 - Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA).

Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012:

Art. 4º, São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I - Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II - Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

- III - Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV - Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V - Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais, e;
- VII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Lei nº 12.305/10, de 2 de agosto de 2010:

Art. 6º, São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I - A prevenção e a precaução;
- II - O poluidor-pagador e o protetor-recebedor;
- III - A visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
- IV - O desenvolvimento sustentável;
- V - A ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;
- VI - A cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;
- VII - A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- VIII - O reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;
- IX - O respeito às diversidades locais e regionais;
- X - O direito da sociedade à informação e ao controle social;
- XI - A razoabilidade e a proporcionalidade.

6.16. Duração inicial do contrato.

6.16.1. O contrato terá duração inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitando até 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

6.17. Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

6.17.1. Não se aplica

6.18. Quadro com soluções de mercado.

6.19.

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO PONTO				
			MD	EXERCITO 69/2020	ANTT	VALE SAT	J & M
Serviços de acesso a sinal de TV digital por assinatura para os seguintes canais: TV CÂMARA, TV SENADO, TV JUSTIÇA, GLOBO NEWS, RECORD NEWS, BAND NEWS, TV BLOOMBERG, NBR e TV BRASIL, CNN, BBC, CANAL FUTURA	Ponto de Acesso	15	R\$ 175,00	R\$ 481,60	R\$ 106,75	R\$ 380,00	R\$ 380,00

6.20. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

6.20.1. A licitante deverá declarar que conhece as condições para a prestação do serviço.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 18:00 horas.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O prazo destinado à instalação dos pontos de recepção demandados, bem como o início da transmissão dos sinais de TV por assinatura, é de 05 (cinco) dias, a contar da abertura da Ordem de Serviço, e serão executados nas dependências do Ministério da Educação - MEC, localizado no endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Edifício Sede e Anexos I e II, Brasília – DF.

8.2. A instalação para a perfeita execução do objeto, deverá ser realizada em horário de expediente, das 08:00 às 18:00h, de segunda à sexta-feira, salvo quando previamente autorizado período diverso do estabelecido pela Administração.

8.3. Quando da assinatura do CONTRATO, será disponibilizada à CONTRATADA a relação dos locais específicos no âmbito do MEC destinados às instalações dos equipamentos de recepção.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

9.1. A gestão do contrato será exercida pelos os seguintes atores: Gestor do contrato, Fiscal técnico, Fiscal administrativo e Fiscal setorial, conforme atribuições definidas na Instrução Normativa n.º 05/2017 - MPOG.

10. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

10.1. O serviço de instalação compreende todos os materiais necessários ao funcionamento dos equipamentos, como todo o cabeamento e conexões, sejam referentes à transmissão do sinal de TV ou de alimentação elétrica dos equipamentos fornecidos em regime de comodato.

11. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DE CADA PROPOSTA

11.1. Realização dos serviços presencial no ambiente da CONTRATANTE.

11.2. A empresa a ser contratada deverá fornecer crachá de identificação para seus empregados com o nome, foto, RG, nome da empresa, bem como Uniformes.

11.3. CUSTOS DE PESSOAL

11.3.1. Todos os custos de pessoal necessários à execução dos serviços devem correr por conta da CONTRATADA

11.3.2. PROPOSTA DE PREÇO

11.3.3. A proposta de preço ajustada ao valor do lance das LICITANTES deverá seguir a forma definida no TR, devendo conter os seguintes termos:

11.3.4. Concordância com todos os termos e condições estabelecidas neste TR, incluindo as obrigações da CONTRATANTE, de entrega, e demonstrar estar ciente das sanções administrativas em decorrência de aplicação de Nível de Serviço Mínimo ou por descumprimento das demais cláusulas deste TR.

- 11.3.5. Apresentação dos demonstrativos de Preço Total e de Preços Unitários;
- 11.3.6. Deverá ser anexada descrição detalhada do(s) produto(s) e serviço(s) que será(ão) fornecido(s), bem como documento em formato de planilha com indicação das comprovações de todos os itens do TR, indicando para cada item a página do manual oficial do fabricante ou site oficial onde se encontra a referida comprovação técnica.
- 11.3.7. Não será aceita como documentação comprobatória captura de telas, referência de imagens (telas ou outros documentos).
- 11.3.8. Não serão aceitas referências a futuros *releases* ou versões de produtos para comprovar a existência ou aderência a qualquer item do TR.
- 11.3.9. O valor apresentado deverá contemplar todos os custos inerentes à contratação e ainda aqueles decorrentes de fretes, seguros, embalagens, fiscais, trabalhistas e demais encargos contribuições, impostos e taxas estabelecidos na forma da Lei.
- 11.3.10. A Licitante deverá encaminhar junto com a proposta de preço declaração de sustentabilidade ambiental, bem como declaração que vistoriou o local da prestação do serviço, ou se abstém de fazer.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências do MEC sempre que se fizer necessário, desde que estejam devidamente credenciados, portando o crachá de identificação e exclusivamente para execução dos serviços.
- 12.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- 12.3. Proceder ao pagamento do contrato, na forma e no prazo pactuados.
- 12.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.
- 12.5. Notificar, por escrito, a contratada da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.
- 12.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este Termo de Referência.
- 12.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 12.8. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como: exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário; direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas; realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento; Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada; arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Disponibilizar o serviço contratado diariamente pelo período de 24 horas.
- 13.2. Prestar à fiscalização do MEC os esclarecimentos que julgar necessários para boa execução dos serviços.
- 13.3. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 13.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento do MEC.
- 13.5. Prestar os serviços de acordo com as condições estipuladas neste Termo de Referência.
- 13.6. Realizar a instalação dos equipamentos cedidos em regime de comodato e os demais necessários à prestação dos serviços, nas quantidades e locais estabelecidos pelo MEC, por meio de profissional previamente credenciado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço.
- 13.7. Prestar os serviços de assistência técnica e manutenção dos equipamentos cedidos em regime de comodato, sempre que apresentarem falhas de funcionamento em função de defeitos inerentes aos mesmos, no prazo máximo de 24 horas após a comunicação pelo MEC, por meio de profissional previamente credenciado.

- 13.8. Responsabilizar-se por sanar falhas provocadas por deficiência de instalação dos equipamentos.
- 13.9. Realizar a substituição dos equipamentos cedidos em regime de comodato, a fim de evitar a interrupção do serviço, sempre que houver necessidade de manutenção do equipamento e que esta não possa ser realizada no local.
- 13.10. Atender, no prazo máximo de 48 horas, a solicitação do MEC de alteração de endereço ou dos pontos de recepção instalados, sob pena de eventuais sanções administrativas.
- 13.11. Executar fielmente o objeto do contrato, de acordo com as cláusulas avençadas.
- 13.12. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 13.13. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- 13.14. A CONTRATADA fica obrigada a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.
- 13.15. Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do cumprimento do contrato.
- 13.16. Executar os serviços em conformidade com a programação estabelecida pela CONTRATANTE, orientando seus empregados a realizarem suas tarefas com presteza, rapidez e eficiência.
- 13.17. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 13.18. Manter, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com as exigências deste Termo de Referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo, durante a vigência contratual.
- 13.19. Cumprir, rigorosamente, as condições deste TR e os compromissos avençados no Contrato, devendo qualquer alteração ser autorizada previamente, por escrito, pela CONTRATANTE e formalizadas em apostilamento ou aditamento.
- 13.20. Apresentar obrigatoriamente junto à Nota Fiscal os seguintes documentos comprobatórios: relatório consolidado dos serviços efetivamente prestados, e outros documentos que a CONTRATANTE julgar necessários.
- 13.21. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 13.22. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.
- 13.23. Não veicular publicidade acerca do objeto deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.
- 13.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.25. O cumprimento da obrigação da Contratada de manter todas as condições nos quais o contrato foi assinado, será verificado pela Contratante por meio de consulta ao Sistema de Cadastro de Fornecedores-SICAF, bem como em outros dados e sistemas governamentais específicos para tal.
- 13.26. Indicar representante, com responsabilidade para o acompanhamento da execução do contrato.
- 13.26.1. A previsão de aplicação de sanções e penalidades, bem como exigência de garantia contratual estão descritos em itens específicos neste Termo de Referência.
- 13.26.2. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

14. SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. CONSÓRCIO

15.1. Não será admitida a participação de consórcio na licitação.

16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. CONDIÇÃO DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO

17.1. Os aditamentos ao contrato, sempre por meio de Termos Aditivos, deverão ocorrer com as devidas justificativas em consonância com o art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

17.2. É admitida estipulação de correção monetária ou de reajuste por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.

18. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

18.3. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

18.5. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

18.5.1. Para o acompanhamento e fiscalização do Contrato serão utilizadas as disposições contidas na IN SLTI/MPOG nº 04/2014 e suas alterações, bem como, subsidiariamente, as disposições contidas na IN SLTI/MPOG nº 05/2017.

18.6. Papéis e Responsabilidades.**18.6.1. Gestão do Contrato - Responsabilidades.**

- 18.6.1.1. Elaborar Plano de Inserção da licitante vencedora;
- 18.6.1.2. Encaminhar formalmente ao Representante da licitante vencedora as necessárias Ordens de Fornecimento de bens;
- 18.6.1.3. Monitorar a execução contratual;
- 18.6.1.4. Encaminhar indicação de aplicação de sanções;
- 18.6.1.5. Confeccionar e assinar o Termo de Recebimento Provisório e o Termo de Recebimento Definitivo, para fins de encaminhamento para pagamento;
- 18.6.1.6. Autorizar a emissão de notas fiscais mediante solicitação encaminhada ao Representante da licitante vencedora;
- 18.6.1.7. Encaminhar à Área Administrativa eventuais pedidos de modificação contratual;

18.6.1.8. Manter o histórico de gerenciamento do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem cronológica e histórica;

18.6.2. Fiscalização Técnica - Responsabilidades.

- 18.6.2.1. Apoiar a elaboração do Plano de Inserção;
- 18.6.2.2. Avaliar a qualidade da licença de acordo com os critérios de aceitação;
- 18.6.2.3. Identificar a não conformidade com os termos contratuais;
- 18.6.2.4. Verificar manutenção das condições classificatórias;
- 18.6.2.5. Verificar a manutenção das condições elencadas no Plano de Sustentação;

18.6.3. Fiscalização Requisitante - Responsabilidades

- 18.6.3.1. Apoiar a elaboração do Plano de Inserção;
- 18.6.3.2. Avaliar a qualidade da licença de acordo com os critérios de aceitação;
- 18.6.3.3. Identificar as não conformidades com os termos contratuais;
- 18.6.3.4. Assinar o Termo de Recebimento Definitivo, em conjunto com o Gestor do Contrato para fins de encaminhamento para pagamento;
- 18.6.3.5. Verificar a manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;
- 18.6.3.6. Apoiar a manutenção das condições elencadas no Plano de Sustentação.
- 18.6.3.7. e demais responsabilidades elencadas nas Instruções Normativas SLTI nº 02/2008 e 04/2014.

18.6.4. Fiscalização Administrativa - Responsabilidades

- 18.6.4.1. Apoiar a elaboração do Plano de Inserção;
- 18.6.4.2. Verificar aderência aos termos contratuais;
- 18.6.4.3. Verificar manutenção das condições classificatórias;
- 18.6.4.4. Verificar as regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento;
- 18.6.4.5. Solicitar aplicação das sanções previstas, quando necessário.

19. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

19.1.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

19.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

19.2.1. O CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

- 19.2.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 19.2.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 19.2.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 19.2.5. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 19.2.6. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 19.2.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 19.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 19.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 19.5. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 19.6. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 19.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 19.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

20. CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO

- 20.1. O pagamento será efetuado, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil, por meio de depósito bancário em conta corrente da Contratada, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura pela CONTRATADA, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no art. 35 da IN nº 02, de 30/04/2008 e os seguintes procedimentos:
- 20.1.1. Ateste da Nota Fiscal apresentada;
- 20.1.2. Emissão do TERMO DE ACEITE DEFINITIVO – TAD, na forma e prazo preestabelecido, após verificação de conformidade do serviço recebido com as especificações constantes do Termo de Referência.
- 20.1.3. É facultado a CONTRATADA encaminhar A Nota Fiscal ou Fatura acompanhada da regularidade fiscal, através de consulta “on-line” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93.
- 20.1.4. O não encaminhamento dos documentos citados no item anterior não impedirá o pagamento mas caso a CONTRATANTE constate a situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao SICAF, a CONTRATADA sofrerá advertência, por escrito, no sentido de que, em prazo de 05 dias úteis, regularize sua situação junto ao SICAF ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes.
- 20.1.5. O pagamento será efetuado em conformidade com o contido no Procedimento de Aceitação do Serviço.

- 20.1.6. Nos casos em que obrigatórias, as Notas Fiscais deverão ser eletrônicas (Nfe) conforme disposições contidas no inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.
- 20.1.7. Deverão conter nas Notas Fiscais Eletrônicas os dados bancários do credor para emissão da (s) ordem (s) bancária (s) e as devidas retenções tributárias a serem feitas pela instituição conforme o artigo 64 Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996.
- 20.1.8. Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL OU SUPER SIMPLES deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, acompanhada do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.
- 20.1.9. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa ela será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 20.1.10. No caso de eventual atraso de pagamento, provocados pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100) \cdot 365 \cdot EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de Atualização Financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso

- 20.2. Estarão sujeitos à retenção na fonte, quando couber, os seguintes tributos:

- 20.2.1. Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas – IRPJ, Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB Nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
- 20.2.2. Contribuição previdenciária, correspondente a onze por cento, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e
- 20.2.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e demais legislação vigente.

- 20.3. Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da CONTRATADA junto ao Sistema unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, mediante consulta “on-line”, cujo documento será anexado ao processo de pagamento.

- 20.4. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

21. REAJUSTE

- 21.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da assinatura do contrato.

- 21.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços do objeto deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite da assinatura do contrato, poderão ser reajustados utilizando-se do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I - I_0)}{I_0} \cdot P$$

- 21.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 21.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 21.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 21.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 21.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 21.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

22. **GARANTIA CONTRATUAL**

- 22.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, que poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado pela contratada e autorizado pela contratante, contados a partir da assinatura do Contrato, no valor correspondente a 3% (três por cento) do valor global do contrato, dentre uma das modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 22.2. A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia, para assegurar o pagamento de:
- 22.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
 - 22.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 22.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela **CONTRATANTE à CONTRATADA**;
 - 22.2.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.
 - 22.2.5. A autorização contida no Subitem anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.
- 22.3. A CONTRATADA deverá repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela CONTRATANTE.
- 22.4. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 22.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07 (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2%(dois por cento).
- 22.6. Na ocorrência de atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias da entrega da garantia, a CONTRATANTE poderá promover a rescisão do CONTRATO por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93.
- 22.7. A garantia será restituída, automaticamente, ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, na execução do objeto deste Termo de Referência.

23. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 23.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no Termo/Contrato e demais cominações legais a(s) Contratada (s) que:
- 23.1.1. Apresentar documentação falsa;
 - 23.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 23.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

- 23.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida no edital;
 - 23.1.5. Não manter a proposta e não assinar o contrato;
 - 23.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 23.1.7. Fizer declaração falsa;
 - 23.1.8. Cometer fraude fiscal;
 - 23.1.9. Ou incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.
- 23.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 23.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.
- 23.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.
- 23.5. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º a 7º da Portaria nº 120/2016. Abaixo destaca-se as possíveis aplicações:
- 23.5.1. Advertência.
 - 23.5.2. Multa de:
 - 23.5.3. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
 - 23.5.4. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
 - 23.5.5. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
 - 23.5.6. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
 - 23.5.7. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato;
 - 23.5.8. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento) do Contrato.
 - 23.5.9. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
 - 23.5.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada;
- 23.6. A Multa de Mora será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, con-soante o art. 7º, observada a seguinte ordem:
- 23.6.1. mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
 - 23.6.2. mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada;
 - 23.6.3. mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

- 23.7. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.
- 23.8. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.
- 23.9. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-as do pagamento a ser efetuado.
- 23.10. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia e/ou prazo recursal, a Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final, caso não obtenha sucesso na execução da garantia ofertada. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito, ou aceito parcialmente, pela Contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final.
- 23.11. Caso a CONTRATADA descumpra quaisquer condições deste Termo de Referência/Contrato poderá o CONTRATANTE aplicar multa de 1% (um por cento) do valor mensal da fatura por dia e/ou por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido resguardado o direito da ampla defesa e do contraditório.
- 23.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 23.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 23.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 23.15. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 23.16. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se as regras previstas na Lei nº 8.666, de 1993 e subsidiariamente na Lei 9.784, de 1999.
- 23.17. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 23.18. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 24.1. A LICITANTE deverá apresentar todos os documentos comprobatórios de sua habilitação técnica exigidos neste Termo de Referência e Edital, ou outros que porventura sejam solicitados para comprovação da capacidade quanto à execução dos serviços em caráter de diligência, nos casos em que não se resta claro a comprovação.

24.2. Modalidade

- 24.2.1. Pelas razões de fato colocadas neste Termo de Referência, supra e em obediência aos ditames legais, demonstrado tratar-se de serviço comum, enquadra-se a demanda de licitação na Pregão, em sua forma eletrônica, conforme os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.520, de 2002, o Decreto nº 10.024/2019.

24.3. Tipo de licitação

- 24.3.1. O critério objetivo de seleção do fornecedor será o do menor preço ofertado (Menor Preço Global). As propostas serão encaminhadas ao pregoeiro para a avaliação quanto a EXEQUIBILIDADE, prevista na Lei 8.666/93.

24.4. Qualificação técnica

- 24.4.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

24.4.1.1. Atestado(s), declaração(ões) ou certidão(ões) de capacidade operacional, fornecidos(as) por pessoa jurídica de direito público ou privado onde comprovará a experiência de no mínimo 2 (anos) anos, para prestação do serviço objeto deste Termo de Referência.

24.4.1.2. Atestado(s), declaração(ões) ou certidão(ões) de capacidade operacional, fornecidos(as) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da licitante para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, correspondente a 30% (trinta por cento) do quantitativo total.

24.5. Declaração da LICITANTE, assinada pelo Representante legal da empresa, de que, sendo vencedora da Licitação, se responsabiliza por quaisquer danos causados por seus empregados à União e servidores da CONTRATANTE, dentro da área e dependências onde serão prestados os serviços, bem como pelo desaparecimento de bens da União e de terceiros, seja por omissão ou negligência de seus empregados.

24.6. A fase de habilitação consistirá, também, na consulta *on-line* ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou às certidões respectivas, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS do Portal da Transparência, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT).

24.7. Para fins de habilitação, será considerada a CNDT mais atualizada, conforme entendimento do Tribunal Superior do Trabalho – TST, ratificada pela orientação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

24.8.

25. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

25.1. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global, nos termos do subitem 3.6 do Anexo III da IN nº 5/2017, para a estimativa de preços ou a previsão de preços referenciais, devem ser seguidas as diretrizes de normativo publicado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ou seja, a IN nº 5, de 27 de junho de 2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

25.2. Conforme a referida IN nº 5/2014, para a realização da pesquisa de preços devem ser seguidos os parâmetros abaixo indicados:

25.2.1. Pannel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>;

25.2.2. Contratações similares de outros entes públicos;

25.2.3. Pesquisa publicada em mídia especializada;

25.2.4. Pesquisa com os fornecedores;

25.3. Para a consecução da pesquisa de preços, o MEC adotou o parâmetro definido no inciso I, do art. 2º combinado com o inciso IV da IN/MPOG nº 5/2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

25.3.1. Da pesquisa realizada com possíveis fornecedores, identificou-se 03 (três) contratos de prestação dos serviços com a União que foram acostadas ao presente processo.

25.3.2. Sendo assim, o preço unitário estimado mensal é de **R\$ 4.570,05 (quatro mil quinhentos e setenta reais e cinco centavos)**. **Perfazendo o valor total anual de R\$ 54.840,60 (cinquenta e quatro mil oitocentos e quarenta reais e sessenta centavos)**, conforme demonstrados na tabela abaixo:

Preço Unitário Ponto	Quantidade de Pontos	Valor Mensal	Valor Anual
R\$ 304,67	15	R\$ 4.570,05	R\$ 54.840,60

26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

26.1. Os recursos para cobertura das despesas decorrentes da execução dos serviços contratados correrão à conta do Programa de Trabalho consignado no Orçamento do MEC, Elemento de Despesa 33.90.39.01 - Serviço de terceiros - Pessoa Jurídica, que serão empenhadas nos termos da lei de acordo com o Orçamento Geral da União para o ano de 2020.

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas pelo correio eletrônico: cpl@mec.gov.br, subsidiado pela área técnica.

- 27.2. O Foro para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente termo é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF.
- 27.3. O presente documento segue assinado pela equipe de planejamento e aprovado pelo Coordenador-Geral.

Maria da Conceição Campos da Silva, matrícula SIAPE n.º 3159135;

Luis Fernando Bertol, matrícula SIAPE n.º 1549011;

Virgílio Ernesto Martins do Nascimento, matrícula SIAPE n.º 46954.

28. **DA APROVAÇÃO E ENCAMINHAMENTO**

- 28.1. Com base no inciso II do art. 14 do Decreto 10.024/2019, aprovo o Termo de Referência, pelos seus próprios fundamentos e pela necessidade do serviço. Prepare-se o encaminhamento à Coordenação Geral de Licitações e Contratos para continuidade do feito.

CLÁUDIO MARTINS NEIVA MONTEIRO
Coordenador-Geral de Recursos Logísticos



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Ernesto Martins do Nascimento, Servidor(a)**, em 21/08/2020, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Da Conceicao Campos Da Silva, Servidor(a)**, em 21/08/2020, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Bertol, Servidor(a)**, em 27/08/2020, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Martins Neiva Monteiro, Coordenador(a) Geral**, em 27/08/2020, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2208453** e o código CRC **B748535F**.

Referência: Processo nº 23000.001902/2020-11

SEI nº 2208453